

GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES: O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA COMO MOBILIZADOR SOCIAL

Franco Bressan da Silva¹

RESUMO

A intensidade de ocorrência de desastres naturais no mundo tem aumentado nas últimas décadas tendendo a continuar aumentando de forma considerável, consequência de fatores como o aumento populacional, a ocupação do solo, associados ao processo de urbanização e industrialização. Nessa perspectiva, nas últimas décadas, o Brasil vem sendo afetado por desastres naturais de grande porte, alguns deles considerados como eventos do século. Em razão do quadro recente de fragilidade das cidades brasileiras frente aos eventos extremos de natureza hidrometeorológica e climática, tornou-se premente a necessidade de adoção de medidas para a redução de riscos de desastres. De acordo com a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, a expressão “redução de desastres” concentra-se no conceito e na prática de reduzir o risco de desastres, mediante esforços sistemáticos dirigidos à análise e à gestão dos fatores causadores dos desastres. Este quesito inclui a redução do grau de exposição às ameaças (perigos), a diminuição da vulnerabilidade das populações como também o melhoramento da preparação diante dos eventos adversos. Conhecendo estas necessidades, este trabalho buscou oferecer subsídios ao abordar algumas formas de mobilização social que o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina poderia adotar para contribuir na construção de comunidades resilientes. Constata-se ao final do estudo que necessitamos mudar a forma como nos preparamos contra os riscos futuros. Precisamos mudar a maneira como pensamos e criarmos uma verdadeira cultura de preparação. Investir em atividades de prevenção, mitigação e planejamento antes do próximo desastre é a chave para construir uma sociedade mais resiliente.

Palavras Chave: Desastres. Mobilização. Populações vulneráveis. Prevenção.

1 INTRODUÇÃO

A intensidade de ocorrência de desastres naturais no mundo tem aumentado nas últimas décadas e tende a continuar aumentando de forma considerável, consequência de fatores como o aumento populacional, a ocupação do solo, associados ao processo de urbanização e industrialização. Nas áreas rurais, esses fatores se devem principalmente a desmatamentos, queimadas, compactação dos solos e assoreamento dos rios. Nas áreas urbanas, à impermeabilização dos solos, adensamento das construções, conservação de calor e

1 Cadete do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera UNIDERP. E-mail: francobs@cbm.sc.gov.br

poluição do ar (KOBAYAMA et al, 2006).

Nessa perspectiva, nas últimas décadas, o Brasil vem sendo afetado por desastres naturais de grande porte, alguns deles considerados como eventos do século. Em razão do quadro recente de fragilidade das cidades brasileiras frente aos eventos extremos de natureza hidrometeorológica e climática, tornou-se premente a necessidade de adoção de medidas para a redução de riscos de desastres (ALVALÁ; BARBIERI, 2017).

Essa preocupação frente aos desastres não é recente, em 2000 a Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com outras organizações, Estados e a sociedade civil, e com intuito de buscar estratégias para a Redução dos Riscos de Desastres (RRD), instituiu a Estratégia Internacional para a Redução de Desastre – EIRD. Posteriormente houve a implementação do Marco de Ação de Hyogo - MAH (2005-2015), que tinha por objetivo adotar estratégias para a redução das perdas ocasionadas por desastres como vidas humanas, bens sociais, prejuízos econômicos e ambientais (UNISDR, 2016).

Na ocasião da elaboração do Marco, países participantes estabeleceram um plano de ação de dez anos que visava à redução de riscos de desastres. Dentre as prioridades estavam o fortalecimento e a redução de fatores de risco dentre os quais inclui-se a fomentação da produção e divulgação de conhecimento sobre desastres assim como o fortalecimento da preparação para os desastres com a elaboração de planos de contingência e simulados (FASSURA DE AMORIM, 2014).

Ainda de acordo com a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, a expressão “redução de desastres” concentra-se no conceito e na prática de reduzir o risco de desastres, mediante esforços sistemáticos dirigidos à análise e à gestão dos fatores causadores dos desastres. Este quesito inclui a redução do grau de exposição às ameaças (perigos), a diminuição da vulnerabilidade das populações como também o melhoramento da preparação diante dos eventos adversos (SANTA CATARINA, 2013).

Nesse contexto, a Defesa Civil insere-se como órgão articulador e coordenador das ações de proteção e defesa civil. Constituída pela Lei no 12.608 de 10 de abril de 2012, está organizada sob a forma de um sistema denominado Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, composto por um conjunto de órgãos multissetoriais cuja atuação se dá sob um conceito matricial, com dinâmica vertical e horizontal, em todo o território nacional. Sua atuação tem o objetivo de reduzir os riscos de desastres. Também compreende ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, e se dá de forma multissetorial e nos três níveis de governo federal, estadual e municipal - com ampla participação da comunidade (BRASIL, 2016).

Colaborando com a Defesa Civil nesta batalha contra os desafios inerentes aos desastres, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) possui sua missão positivada na Constituição Federal a qual inclui, além de outras definidas em lei, a execução das atividades de defesa civil. Já a Constituição do Estado de Santa Catarina aborda que compete ao CBMSC colaborar com os órgãos de defesa civil e realizar a prevenção de sinistros ou catástrofes. Deste modo, Nunes (2012) afirma que o CBMSC tem legitimidade e competência legais para atuar quase na totalidade do ciclo de proteção em defesa civil: prevenção, mitigação, preparação e na resposta aos desastres naturais.

Biachi e Zacarias (2016) afirmam ainda que é inegável a importância que deve ser dada ao engajamento entre poder público e sociedade, para que sejam desenvolvidas e efetivamente implementadas as ações sociais inerentes à gestão do risco de desastres, voltadas não apenas para a retomada das condições de normalidade após o evento crítico, mas também na preparação para a chegada do próximo fenômeno.

Conhecendo estas necessidades, este trabalho buscará oferecer subsídios ao abordar de que forma o CBMSC poderia contribuir para mobilizar a sociedade na construção de comunidades resilientes.

1.1 METODOLOGIA

Como em qualquer ensaio científico, a delimitação deste estudo não contempla a plenitude da temática, ficando questões relacionadas pendentes. Dos diversos métodos existentes para a construção de trabalhos científicos, elegeu-se para o desenvolvimento do presente estudo o método dedutivo (GIL, 2007). Partiu-se do estudo sobre redução de risco de desastres relacionado à construção de cidades resilientes para sugerir medidas que o CBMSC poderia adotar para realizar a mobilização social quanto ao tema.

Quanto a sua natureza, o presente trabalho pode ainda ser classificado como uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas relativos à gestão de risco de desastres.

Tais estudos têm por objetivo principalmente familiarizar-se com o fenômeno para além de sugerir melhorias práticas alertar os gestores sobre a importância do tema. Considerando os objetivos propostos para o presente artigo científico, esta pesquisa será do tipo exploratória, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre o assunto de estudo (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Quanto aos procedimentos e técnicas, este trabalho utilizará como base uma pesquisa bibliográfica, uma vez que se empenhará em explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Buscou-se conhecer e analisar as contribuições científicas do passado sobre o assunto proposto (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Na pesquisa bibliográfica procurou-se abordar temas referentes à desastres, mobilização social e construção de cidades resilientes.

2 CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES RESILIENTES

Durante a III Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, estabeleceu-se o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015 a 2030. Isso demonstrou a perseverança e a persistência que este assunto sempre exigirá para efetiva concretização em nível global, além de ilustrar como a redução do risco de desastres é um investimento custo-eficiente na prevenção de perdas futuras frente aos desastres (UNISDR, 2015). Este novo instrumento de ação, mantendo o alinhamento com o Marco de Hyogo, estabeleceu como objetivo principal:

Prevenir novos riscos de desastres e reduzir os riscos de desastres existentes, através da implementação medidas econômicas, estruturais, jurídicas, sociais, de saúde, culturais, educacionais, ambientais, tecnológicas, políticas e institucionais integradas e inclusivas que previnam e reduzam a exposição a perigos e a vulnerabilidade a desastres, aumentar a preparação para resposta e recuperação, e, assim, aumentar a resiliência. (UNISDR, 2015, p. 7)

Ou seja, conforme o texto acima, o Marco de Sendai trouxe como proposta o incentivo prioritário da adoção de medidas preventivas e preparatórias em busca de aumentar cada vez mais a resiliência das comunidades.

Nesse sentido, com mais da metade da população mundial vivendo hoje em áreas urbanas, construir cidades mais seguras é um desafio a ser alcançado em longo prazo. As cidades são os motores do crescimento e da dinâmica nacional, a partir de seus sistemas de governança e capacidades. No decorrer da história, ocorrências de desastres têm interrompido a vida em áreas urbanas. Climas extremos e alterados, terremotos, e emergências desencadeadas pelas ameaças decorrentes da ação humana estão crescentemente pressionando as pessoas e ameaçando a prosperidade das cidades (UNISDR, 2012).

Nessa conjuntura, o CEPED UFSC realizou um questionário em 1.281 lares nos municípios de Itajaí, Alfredo Wagner e Anitápolis em setores considerados áreas de risco,

após um plano federal de incentivo ao monitoramento e setorização de áreas como estas em todo o país. Segundo sua conclusão “É importante destacar que do total de moradores entrevistados (436), mais de 73% não conheciam a Defesa Civil, mais de 64% não consideravam sua moradia em risco e mais de 62% não acreditavam estar preparados para enfrentar uma emergência.” (2015, p. 21).

Nota-se, do exposto, um problema cultural, geralmente mais enraizado nas populações carentes economicamente e que, por consequência, colocam-se em situações de risco ao ocuparem áreas mais afastadas dos centros urbanos, em encostas, por exemplo, dentre outros exemplos onde não chega o controle e fiscalização do poder público municipal. Este estudo visa defender a hipótese de que as mudanças passam pela base cultural, já que ela dita comportamento de indivíduos e de grupos, seus costumes, seus hábitos, inclusive podendo determinar os locais onde grupos sociais constroem suas casas.

A cultura media as nossas relações e está implicada no modo como significamos a realidade e como a percebemos, assim como as nossas experiências individuais. Uma pessoa, por exemplo, que já passou por uma situação de incêndio possivelmente é mais sensível à palavra fogo e aos sinais iniciais de um incêndio do que outra pessoa sem essa vivência. (CEPED UFSC, 2015, p. 45,).

Uma das medidas possíveis para atenuar estes fatores é trabalhar na prevenção de desastres, que consiste, principalmente, em medidas educativas e de conscientização, denominadas medidas não estruturais, que visam aumentar o conhecimento das pessoas sobre o risco de desastres, permitindo-lhes saber o que fazer e como agir nesse tipo de situação. Para que as ações de prevenção sejam efetivas na prática, é importante que se crie uma cultura de prevenção por parte de todos os envolvidos na gestão dos riscos de desastres, especialmente nas comunidades mais suscetíveis a danos e prejuízos, ou seja, vulneráveis a desastres (SILVEIRA; CARDOSO, 2016).

2.1 CBMSC COMO MOBILIZADOR SOCIAL

Diante do exposto, os gestores públicos, dentre os quais se insere o CBMSC, devem apoiar políticas públicas para implantação de atividades para redução de riscos de desastres uma vez que estas políticas devem fazer parte do desenho urbano e das estratégias para alcançar o desenvolvimento sustentável nas cidades. Nesse sentido são necessárias alianças fortes e ampla participação popular na construção de comunidades resilientes.

Isto posto, comunidades resilientes pode ser definido como um local onde os desastres

são minimizados porque sua população vive em residências e com serviços e infraestrutura organizados, obedecendo a padrões de segurança e códigos de construção, sem ocupações irregulares construídas em planícies de inundação ou em encostas íngremes por falta de outras terras disponíveis (UNISDR, 2012).

Nesse sentido, enquanto as cidades não tiverem um claro entendimento do risco que enfrentam, o planejamento para redução de riscos de desastres poderá ser ineficaz. Deste modo, um dos pontos que o CBMSC pode contribuir referente ao tema em questão seria auxiliando na avaliação de vulnerabilidade das comunidades, ajudando a determinar o grau de vulnerabilidade e exposição a uma ameaça a que a população, os setores de desenvolvimento, a infraestrutura e os projetos de planejamento urbano devem considerar. E principalmente auxiliando a mapear as populações em áreas de alto risco.

O CBMSC pode ainda buscar sensibilizar os gestores municipais para a promoção e integração das avaliações de risco de desastres no desenvolvimento e na implementação de políticas de ocupação, incluindo o planejamento urbano local, avaliações de degradação do solo e habitações informais, bem como o uso de diretrizes e ferramentas de acompanhamento informadas por previsões de alterações demográficas e ambientais (UNISDR, 2015).

Importante destacar que para tornar as cidades mais resilientes aos desastres, a comunidade deve estar envolvida nas atividades para RRD. Deste modo, se quisermos que os cidadãos façam parte da responsabilidade coletiva pela criação de cidades resilientes a desastres, precisamos considerar que o treinamento, a educação e a sensibilização pública são pontos chave para tal. Nessa conjuntura o CBMSC, por possuir extensa capilaridade no território catarinense, insere-se como órgão qualificado a promover na comunidade a percepção de riscos para os desastres.

Isto posto, toda a comunidade precisa saber sobre as ameaças e riscos a que está exposta para estar mais bem preparada e tomar medidas de enfrentamento aos desastres potenciais. Para tanto, os gestores de serviços de bombeiros, seguindo as recomendações da UNISDR (2012), poderiam ainda auxiliar na construção de programas de sensibilização, educação e capacitação em riscos de desastres. Conduzindo e promovendo campanhas de educação pública sobre o tema com mensagens que tratem das ameaças locais, dos riscos e das ações que se tem realizado para mitigar e gerir os risco. Tal afirmativa é corroborada pela UNESCO (2005, p.53):

As crianças que sabem como reagir no caso de terremoto, os líderes comunitários que aprenderam a avisar a sua comunidade a tempo de se protegerem dos riscos e camadas sociais inteiras que foram ensinadas a se

preparar para enfrentar desastres naturais contribuem para melhorar as estratégias de atenuação dos efeitos dos desastres. Educação e saber forneceram à sociedade estratégias de autoajuda que diminuem sua vulnerabilidade e melhoram sua vida.

Outro aspecto que também pode ser trabalhado é a sensibilização das autoridades de educação, professores, estudantes e militantes para incluir a redução de riscos de desastres em todos os níveis do currículo escolar nas instituições públicas e privadas. Assim como promover a cooperação entre entidades e redes acadêmicas, científicas e de pesquisa a fim de desenvolver novos produtos e serviços para ajudar a reduzir o risco de desastres.

Há de se destacar ainda que a Constituição do Estado de Santa Catarina atribuiu ao CBMSC a missão de estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos. Deste modo, a instituição poderia promover junto a sociedade estudos que possibilitem a revisão dos códigos existentes ou o desenvolvimento de novos códigos de construção com foco em gestão de risco de desastres, assim como normas e práticas de reabilitação e de reconstrução, com o objetivo de torná-los mais aplicáveis no contexto local, especialmente em assentamentos humanos informais e marginais, bem como reforçar a capacidade de implementar, examinar e fazer cumprir esses códigos, por meio de uma abordagem adequada, com vista a promover estruturas resistentes a desastres (UNISDR, 2015).

Entretanto, mesmo com todas as medidas preventivas e mitigatórias possíveis, sabe-se que determinadas comunidades ainda continuarão vulneráveis aos desastres, indicando a necessidade de reforçar ainda mais a preparação para resposta a estes acontecimentos.

Deste modo, o CBMSC em parceria com as Defesa Civil deve auxiliar na construção ou revisão periódica dos planos de contingência e programas de prevenção de desastres, mobilizando a participação das instituições pertinentes. Os esforços de preparação garantem que as cidades, comunidades e indivíduos expostos a ameaças possam agir em tempo e de forma adequada para reduzir os danos pessoais, as perdas de vidas e os prejuízos às propriedades ou ambientes frágeis.

A elaboração do Plano de Contingência requer empenho e dedicação de todos os envolvidos. Isso porque trata de algo que foge à normalidade de um município. E segundo Bertazzo et al (2013), o referido plano é difícil de ser administrado por procedimentos rotineiros exigindo a atuação conjunta de órgãos governamentais, setores privados, agências humanitárias e comunidades em ações preventivas.

Nesse sentido, além da cooperação na elaboração do plano de contingência, os gestores dos serviços de bombeiros podem ainda auxiliar na realização de exercícios

simulados de campo regularmente, para testar e avaliar os planos de resposta, políticas e procedimentos. Isto irá ajudar a reavaliar as dificuldades e reconhecer eventuais falhas. Nestes exercícios simulados, a presença das comunidades envolvidas é de extrema importância, pois além de capacitar estas para atuação nos desastres, por meio do compartilhamento de conhecimento, busca-se também fortalecer as capacidades locais para evitar a dependência de recursos externos (UNISDR, 2012).

Tal medida consiste em gerir o risco de desastre com vistas à preservação da vida das pessoas uma vez que instrui a população de modo a garantir sua autopreservação é essencial para que as consequências de um evento adverso sejam menores e a falta de conhecimento em situações calamitosas incorra em maior número de vítimas. Nesse sentido a Harvard School of Public Health (2012) orienta:

Mover todos os pacientes, visitantes e funcionários, de instalações perigosas e/ou danificadas para um local tão seguro quanto possível, é sempre o objetivo de uma evacuação. É importante reconhecer que os cuidados e os processos não vão ser os ideais em um cenário de evacuação. Para este fim, o entendimento dos princípios fundamentais irá ajudar o pessoal fazer boas decisões durante um evento caótico.

Em complemento a estas atividades, outra medida importante a ser tomada é desenvolver programas para treinar funcionários e voluntários para o trabalho em resposta a desastres. Aprimorando deste modo as capacidades técnicas e logísticas aos eventos, a fim de garantir uma melhor resposta em situações de emergência, mobilizando a comunidade a participar do processo de construção da resiliência local.

3 CONCLUSÃO

Primordialmente destaca-se a necessidade de mudarmos a forma como nos preparamos contra os riscos futuros. Precisamos mudar a maneira como pensamos e criarmos uma verdadeira cultura de preparação. Investir em atividades de prevenção, mitigação e planejamento antes do próximo desastre é a chave para construir uma sociedade mais resiliente.

Nesse contexto, medidas para redução de risco de desastres demandam ações simultâneas de múltiplas agências, assim como o empoderamento da comunidade local para gerar resultados eficientes e eficazes. Isto posto, o CBMSC insere-se como um órgão capaz de contribuir em diferentes aspectos para a construção de comunidades resilientes. Atuando desde a identificação de populações vulneráveis em áreas de risco, promovendo medidas

socioeducativas ao trabalhar a percepção dos riscos a desastre das comunidades e por fim auxiliando esta na preparação para o eventos, tanto na elaboração do plano de contingência assim como na execução de simulados no qual fortalece a governança local e compartilha conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALVALÁ, Regina CS; BARBIERI, Alisson. **Desastres naturais. Mudanças climáticas em rede, um olhar interdisciplinar**. Bauro, Canal 6. 2017. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Jose_Marengo/publication/322592026_Mudancas_Climaticas_em_Rede_Um_olhar_interdisciplinar/links/5a6159d7aca272a158175080/Mudancas-Climaticas-em-Rede-Um-olhar-interdisciplinar.pdf#page=205>

BERTAZZO, Tábata Rejane et al. **Revisão da literatura acadêmica brasileira sobre gestão de operações em desastres naturais com ênfase em Logística Humanitária**. Transportes, v. 21, n. 3, p. 31-39, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994.

BRASIL. **Lei no 12.608**, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. 2012.

BRASIL. Ministério Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC**, 2016. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/defesa-civil/pnpdec>> Acesso em: 20, mar. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2012.

FASURA DE AMORIM, Marisa; GONÇALVES QUELHAS, Osvaldo Luiz; TORRES SEROA DA MOTTA, Ana Lúcia. A resiliência das cidades frente a chuvas torrenciais: Estudo de caso do plano de contingência da cidade do Rio de Janeiro. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 3, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2012.

HARVARD SCHOOL OF PUBLIC HEALTH. **Hospital Evacuation Planning guide. Emergency Preparedness and Response Exercise Program**. Massachusetts, 2012.

NUNES, Paulo Diniz Arruda. **O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina na Gestão dos Desastres Naturais**. 67 f. 2012. Monografia (Especialização em Gestão de Eventos Críticos) - Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis: 2012.

KOBIYAMA, Masato et al. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading, 2006.

SANTA CATARINA. **Constituição Estadual de Santa Catarina de 1989**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1989, publicado no Diário da Constituinte nº 039-A, nova edição com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 01, de 1999 a 70, de 2015.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Defesa Civil. **Gestão de Desastres**. Florianópolis, 2013.

SILVEIRA, Markus Vinicius; CARDOSO, Christiano. Promoção da cultura de prevenção de desastres. **Revista Ordem Pública**, v. 9, n. 1, p. 211-222, 2016.

UNESCO. **Redução do risco de desastres no currículo escolar: estudos de casos de trinta países**. 2012. Autores: David Selby e Fumiyo Kagawa. Espanha. 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002205/220517por.pdf>>. Acesso em: 5, mar. 2018.

UNISDR. United Nations International Strategy for Disaster Reduction. **Como Construir Cidades Mais Resilientes. Um Guia Para Gestores Públicos Locais (2005–2015)**. Genebra, 2012.

UNISDR. United Nations International Strategy for Disaster Reduction. **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. Genebra, 2015.

UNISDR. United Nations International Strategy for Disaster Reduction. **Living with risk: A Global Review of Disaster Reduction Initiatives**. Genebra, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Mobilização comunitária para a redução de riscos de desastres**/Organização Janaína Rocha Furtado. Florianópolis: CEPED UFSC, 2015.